

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

## 2. Aprovação de ata

- Ata n.º 150, de 23 de janeiro do 2019;
- Ata n.º 151, de 30 de janeiro;
- Ata n.º 6 da Mesa e Coordenadores, de 1 de fevereiro.

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Baixa de iniciativas legislativas

**3.1.1. [Projeto de Lei n.º 1094/XIII, do CDS-PP](#)**, Alarga os apoios socioeducativos concedidos a alunos das escolas públicas a alunos de todas as escolas, em idênticas condições

**3.1.2. [Projeto de Resolução n.º 1955/XIII, do CDS-PP](#)**, Recomenda ao Governo que introduza no ensino secundário uma formação, de frequência obrigatória, em Suporte Básico de Vida – Desfibrilhação Automática Externa “SBV – DAE”

**3.1.3. [Projeto de Resolução n.º 1933/XIII](#)**, do BE, Pela urgente reabilitação da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão de Braga

- Baixou à Comissão em 24/4/2018, tendo o BE solicitado a discussão no Plenário

**3.2. Relatório da audiência à delegação do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo (Penafiel)**

**3.3. Relatório da audiência** Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira, pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial

**3.4. Audição pública sobre as propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que "Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva", apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 67 e 68/XIII**

**3.5. A Comissão Organizadora da Queima das Fitas 2019 pede uma audiência para apresentação da Comissão e do projeto para este ano**

**4. Audiência com a Associação Nacional de Professores** para apresentação do documento "Código Ético e Deontológico da Profissão Docente", que se encontra em discussão pública - 10h00

**5. Audiência com o Sindicato Nacional do Ensino Superior** para solicitação de uma norma clarificadora da progressão remuneratória dos docentes do Ensino Superior Público – 10h45

**6. Audição de Peticionários - [Petição n.º 563/XIII/4.ª](#)**, de Abel Avelino de Paiva e Silva e outros - Solicitam a adoção de recomendação ao Governo com vista à revogação do Decreto-Lei 480/88, de 23 de dezembro - 11h30

- **Deputada Relatora:** Sónia Fertuzinhos (PS)

**7. Apreciação e votação do parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019 - Cumprir o prometido e preparar o futuro [COM\(2018\)800](#)**

- **Deputado relator:** BE

**8. Aprovação de parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017**

- **Deputada relatora:** Ilda Araújo Novo (CDS-PP)

**9. Aprovação do relatório final da [Petição n.º 566/XIII/4.ª](#)**, de Liliana Brito Lima e outros - Solicitam a adoção de medidas com vista à obrigatoriedade de disponibilização de condições para as sextas, para crianças até à entrada na primária.

- **Deputada Relatora:** Ilda Araújo Novo (CDS-PP)

**10. Outros Assuntos**

**11. Data da próxima reunião**

- 12 de fevereiro – 15h00

---

## **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## **2. Aprovação de ata**

A aprovação das atas n.ºs 150 e 151, de 23 e 30 de janeiro do 2019, respetivamente, foi adiada.

A ata n.º 6 da reunião da Mesa e Coordenadores, de 1 de fevereiro, foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## **3. Comunicações do Presidente**

### **3.1. Baixa de iniciativas legislativas**

**3.1.1. [Projeto de Lei n.º 1094/XIII, do CDS-PP](#)**, Alarga os apoios socioeducativos concedidos a alunos das escolas públicas a alunos de todas as escolas, em idênticas condições

O Presidente da Comissão deu conta da baixa à Comissão, em 30/1/2019, da iniciativa referida, da sua atribuição ao BE para elaboração de parecer e que a aprovação deste ficava agendada para a reunião de 26/1/2019. A Deputada Ilda Araújo (CDS-PP) informou que o CDS-PP fará a apresentação do Projeto de Lei na reunião de 20 de fevereiro.

**3.1.2. [Projeto de Resolução n.º 1955/XIII, do CDS-PP](#)**, Recomenda ao Governo que introduza no ensino secundário uma formação, de frequência obrigatória, em Suporte Básico de Vida – Desfibrilhação Automática Externa “SBV – DAE”

O Presidente referiu a baixa à Comissão, em 30/1/2019, da iniciativa referida, tendo a Deputada Ilda Araújo (CDS-PP) informado que o CDS-PP pretende a sua discussão na sessão plenária.

**3.1.2. [Projeto de Resolução n.º 1933/XIII](#)**, do BE, Pela urgente reabilitação da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão de Braga

Indicou ainda a nova baixa à Comissão da iniciativa em causa, tendo a Deputada Joana Mortágua (BE) concordado com a sua discussão na reunião de 20/2/2019.

### **3.2. Relatório da audiência à delegação do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo (Penafiel)**

O relatório da audiência foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### **3.3. Relatório da audição do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira, pelo Grupo de Trabalho do Ensino Especial**

Adiado.

### **3.4. Audição pública sobre as propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que "Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva", apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 67 e 68/XIII**

Foi consensualizado que a audição pública terá lugar no 26/2/2019, a partir das 9h30, na Sala do Senado e foi aprovada a lista das entidades a consultar.

### **3.5. A Comissão Organizadora da Queima das Fitas 2019 pede uma audiência para apresentação da Comissão e do projeto para este ano**

Foi consensualizado que a audiência será presidida por um Deputado-piloto, sendo a reunião aberta a todos os Deputados.

## **4. Audiência com a Associação Nacional de Professores para apresentação do documento "Código Ético e Deontológico da Profissão Docente", que se encontra em discussão pública - 10h00**

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação (identificada na [página da audiência](#)) e lembrou a grelha de tempos da audiência.

Os membros da Associação entregaram um dossiê (disponível na [página da audiência](#)) e referiram o seguinte, em resumo:

1. A Associação representa professores e educadores de todos os graus, até ao ensino superior e não é uma organização sindical;
2. Estão a preparar uma proposta de Código Ético e Deontológico, tendo descrito o processo de consulta dos professores, o inquérito realizado, o número de respostas, os resultados, nomeadamente a adesão às sanções, o pedido de contributos a entidades externas e os contactos com o Governo;
3. O objetivo é fazer a regulação da matéria;
4. Pedem contributos e querem um documento que credibilize a profissão docente.

Interveio depois o Deputado Pedro Alves (PSD), referindo a importância do documento, que permite valorizar a carreira e o sistema educativo em geral e o facto de ser elaborado de baixo para cima, com base na audição do setor. Realçou ainda o toque na maior autonomia e considerou que o documento é uma base de trabalho muito importante.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) reconheceu a pertinência da matéria, considerando que a sua importância imporá um debate geral e abrangente e onde todos devem ser intervenientes

ativos. Referiu, ainda, a existência de alguns estudos muito interessantes sobre o domínio da ética e deontologia na profissão docente, e que é pela importância que esta matéria assume no sistema educativo português que consta em diversos documentos legislativos, nomeadamente no Estatuto da Carreira Docente. Colocou, posteriormente, várias questões sobre a criação, implementação e aplicação das regras éticas e deontológicas na profissão docente.

A Deputada Joana Mortágua (BE) indicou que valorizam muito as organizações de professores, sindicais e outras, considerou que o Estatuto da Carreira Docente deve incluir deveres e direitos dos professores e a matéria pode ser renegociada, realçando ainda que se afastam da hipótese de criação de Ordens para a respetiva regulação. A terminar, considerou que o Código é importante para debate.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu a hipótese de algumas propostas colidirem com o Estatuto da Carreira Docente e indicou que vão ponderar a matéria.

A Deputada Ângela Moreira (PCP) mencionou que valorizam o documento, mas não pode desresponsabilizar-se o Governo pela valorização da carreira e pela disponibilização de condições às escolas e agentes educativos. Indicou ainda que a matéria já está prevista no Estatuto e perguntou que número de professores é que a Associação abrange.

Devolvida a palavra à delegação da Associação, os seus membros referiram o seguinte, em síntese:

1. A preocupação principal é ouvir os professores e o documento emana deles;
2. Prevê-se mais autonomia e responsabilidade para os docentes;
3. Pode ponderar-se o eventual enquadramento das matérias do Código numa revisão do Estatuto da carreira docente;
4. A maioria dos professores que respondeu ao inquérito (54%) entende que deve haver um organismo autónomo de autorregulação;
5. Defendem a necessidade de mais debate;
6. Entendem que na formação inicial deve haver uma disciplina de ética em todos os cursos;
7. Defendem um pacto educativo e para a profissão, com definição de linhas mestras e não a introdução de mudanças em cada legislatura.

A gravação da reunião está disponível na [página da audiência](#).

## **5. Audiência com o Sindicato Nacional do Ensino Superior** para solicitação de uma norma clarificadora da progressão remuneratória dos docentes do Ensino Superior Público – 10h45

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação (identificada na [página da audiência](#)) e lembrou a grelha de tempos da audiência.

Os membros da delegação referiram o seguinte, em resumo:

1. Apresentam uma proposta de articulado de uma norma clarificadora relativa às progressões remuneratórias dos docentes do ensino superior;

2. A aplicação que tem vindo a ser feita pelas várias instituições é diferenciada e tem um desequilíbrio nos critérios e no número de pessoas que progrediram (ilustrados por uma tabela disponível na página da audiência);
3. O problema afeta cerca de 14.000 docentes;
4. O objetivo da norma clarificadora é equilibrar e uniformizar a aplicação das progressões e incluir a situação dos docentes convidados, sendo garantidos 10 pontos na falta de regulamentos;
5. O sistema atual não é justo e equilibrado e causa contestação generalizada.

Interveio depois a Deputada Nilza de Sena (PSD), referindo que há uma injustiça patente na aplicação das progressões, incumprimento dos contratos de legislatura e falta de transferência das verbas necessárias para as progressões. Informou ainda que o PSD fez uma pergunta ao Governo em julho de 2018 e não obteve resposta, saúdam a clarificação da matéria, que também é pedida pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e vão apresentar uma iniciativa legislativa sobre a matéria.

O Deputado Porfírio Silva (PS) mencionou que a norma do Orçamento do Estado de 2018 causou desigualdade entre docentes avaliados ou não e há responsabilidade das instituições. Pediu depois indicação do número de casos e percentagem dos docentes que não foram avaliados. Indicou ainda que a regra dos 6 anos com Excelente está fixada nos estatutos e perguntou se há evidência que a interrupção da avaliação de Excelente é utilizada em termos estratégicos e se querem aproximar o regime dos estatutos do regime geral da Função Pública.

A Deputada Joana Mortágua (BE) realçou a especificidade da avaliação de desempenho dos docentes do ensino superior e o facto de as instituições terem autonomia e margem de discricionariedade, o que leva a resultados diferentes. Questionou depois a evidência de que os Reitores usam a avaliação de desempenho para limitar os custos, realçou que os regulamentos de avaliação são diferentes por instituição e geram injustiças e defendeu que o sistema de avaliação deve ser justo. A terminar, informou que o BE vai apresentar um projeto de norma clarificadora.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) fez várias considerações sobre os pareceres existentes sobre a matéria e referiu que se não tivesse havido congelamento, todos os docentes tinham progredido, após perfazerem 10 pontos, tendo considerado que neste momento a questão é dinheiro. Informou depois que o CDS-PP tem disponibilidade para a aclaração do regime, mas entende que a mesma devia ser feita pelo Governo.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) indicou as diligências que o PCP já tinha desenvolvido sobre a matéria (perguntas ao Governo, requerimento potestativo de uma audição ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e uma declaração política) e pediu depois a remessa de informação sobre casos individuais, para confrontarem o Governo. Defendeu depois que não pode haver soluções diferentes para casos iguais, os professores não podem ser penalizados por circunstâncias a que são alheios, tem de se aplicar uma solução mais justa e é o Governo que pode emitir orientações clarificadoras para resolver a situação.

Devolvida a palavra à delegação do Sindicato, os seus membros referiram o seguinte, em resumo:

1. O Governo tem estado em silêncio e pedem que a Assembleia da República intervenha;
2. Todas as instituições estavam obrigadas a cumprir as normas do Orçamento do Estado para 2018 e a fazerem a avaliação;
3. O problema está nos critérios;
4. Não pode ser aplicado um regime mais desfavorável e concretizaram vários casos de injustiças;
5. O problema não é financeiro e o custo é mínimo;
6. Pedem um sistema justo e equitativo, em que todos progridam, mais depressa se tiverem melhor avaliação e mais devagar com uma avaliação mais baixa.

A gravação da reunião está disponível na [página da audiência](#).

**6. Audição de Peticionários - [Petição n.º 563/XIII/4.ª](#), de Abel Avelino de Paiva e Silva e outros**  
- Solicitam a adoção de recomendação ao Governo com vista à revogação do Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de dezembro - 11h30

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação (identificada na [página da audiência](#)) e lembrou a grelha de tempos da audiência.

Os peticionários referiram o seguinte, em resumo:

1. Não pretendem anular o sistema binário, mas revogar o Decreto-Lei nº 480/88, de 23 de dezembro, que estabelece que o ensino de enfermagem é ministrado no ensino politécnico, por forma a deixar às instituições, universitárias ou politécnicas, a decisão sobre a criação de cursos de enfermagem;
2. Deve clarificar-se, a nível concetual, o que se integra no ensino universitário e no politécnico;
3. Contestam a argumentação constante das respostas do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior;
4. As Universidades ministram doutoramentos em enfermagem e não se percebe por que não podem ministrar licenciaturas e mestrados.

Interveio depois a Deputada Laura Magalhães (PSD) referindo que há universidades que têm escolas politécnicas e cursos de enfermagem nas mesmas. Equacionou depois a existência de um sistema binário e os objetivos subjacentes e indicou que o PSD se revê no mesmo. Informou ainda que não acompanham a petição na totalidade e realçou que os doutoramentos na atualidade só podem ser ministrados nas universidades, mas há a hipótese de revisão do regime.

A Deputada Sónia Fertuzinhos (PS, relatora da petição) questionou os efeitos negativos de artigos do Decreto-Lei se manterem obsoletos e referiu que a petição parece remeter para uma discussão mais concetual, de incluir o ensino da enfermagem nas universidades.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o que está em causa é se a formação inicial em enfermagem deve ser feita nas universidades ou nos politécnicos e questionou o que é que os sindicatos e a Ordem dos Enfermeiros entendem sobre a matéria.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) indicou que o politécnico está orientado para formação aplicada e defendeu que é necessário reponderar que sistema se quer e o que é de incluir no universitário e no politécnico (manifestando concordância com o sistema binário), mas fazê-lo globalmente e não apenas com base num curso.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a questão da petição não é exclusiva da educação, sendo também matéria da saúde. Defendeu depois que o politécnico possa conferir doutoramentos e perguntou se os peticionários fizeram contactos com os sindicatos e com a Ordem dos Enfermeiros.

Na sequência das perguntas e observações colocadas, os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

1. Conhecem o parecer da Ordem dos Enfermeiros sobre a matéria, que é público e concorda com a revogação do Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de dezembro;
2. Entendem que não deve ser o poder político a decidir que formação deve ser ministrada nas universidades ou nos politécnicos, mas antes as próprias instituições de ensino superior;
3. Deve ser reequacionado o que deve ser incluído no sistema binário e clarificada a matéria;
4. A revogação do citado Decreto-lei permitirá que as universidades criem cursos de enfermagem.

A gravação da reunião está disponível na [página da audição](#).

#### **7. Apreciação e votação do parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019 - Cumprir o prometido e preparar o futuro [COM\(2018\)800](#)**

Adiado.

#### **8. Aprovação de parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017**

O parecer foi apresentado pela relatora, Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e depois aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE.

#### **9. Aprovação do relatório final da [Petição n.º 566/XIII/4.ª](#), de Liliana Brito Lima e outros - Solicitam a adoção de medidas com vista à obrigatoriedade de disponibilização de condições para as sextas, para crianças até à entrada na primária.**

O parecer foi apresentado pela relatora, Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e depois aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE.



## 10. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

## 11. Data da próxima reunião

- 12 de fevereiro – 15h00

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de fevereiro de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Alexandre Quintanilha)**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ana Sofia Bettencourt  
André Pinotes Batista  
Ilda Araújo Novo  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Amador  
Ângela Moreira  
Elza Pais  
Liliana Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves  
Luís Monteiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: